

O desmatamento na Amazônia e a guerra comercial com os EUA



» SERGIO LEITÃO
Advogado, diretor executivo do Instituto Escolhas. Foi assessor para temas indígenas e ambientais no governo Fernando Henrique Cardoso

O imbróglio decorrente do aumento abusivo das tarifas de importação de produtos brasileiros pelos Estados Unidos ganhou mais um capítulo com a abertura de uma investigação pelo governo americano para apurar práticas comerciais desleais do Brasil — entre as quais, a venda de produtos oriundos do desmatamento ilegal na Amazônia.

No caso do tarifaço, é evidente o caráter agressivo da medida contra os interesses e a soberania do país, motivada, como expressou o presidente americano, por questões meramente políticas, sem nenhuma razão válida que a justifique. Como bem demonstrou o governo, são os Estados Unidos quem saem ganhando no jogo da balança comercial com o Brasil.

Já a investigação sobre práticas comerciais desleais traz uma complexidade adicional, visto que são recorrentes as denúncias da exploração ilegal de recursos naturais na Amazônia, beneficiando diferentes atividades econômicas, da criação de boi para produção de carne até o plantio de soja.

Embora seja inegável o caráter oportunista da iniciativa, visto que seria ingênuo acreditar que os Estados Unidos só agora se deram conta de problemas ambientais envolvendo produtos que

exportamos, é inegável que o desmatamento é uma espécie de insumo básico do qual muitas cadeias econômicas dependem para garantir sua lucratividade.

Segundo o MapBiomass, entre 1985 e 2020, o Brasil desmatou 82 milhões de hectares de vegetação nativa, praticamente a mesma extensão do incremento da área ocupada pela agropecuária no mesmo período, que foi de 81 milhões de hectares.

Isso, de acordo com o estudo do Instituto Escolhas intitulado “Como o agro brasileiro se beneficia do desmatamento”, de 2022, propiciou um aumento da produção por meio da expansão da área cultivada pela via do desmatamento, seja legal ou ilegal, e não por ganhos de produtividade.

Esse aumento da produção, ao mesmo tempo em que baixou o preço da comida na mercearia da esquina, elevou a competitividade internacional do que produzimos. No caso da soja, segundo o estudo acima mencionado, o desmatamento ocorrido entre 2011 e 2014 permitiu a redução no preço médio da saca (60 kg) de R\$ 3,1, totalizando R\$ 6,67 bilhões do Valor Bruto de Produção desse grão em 2017.

Impulsionado pela ampliação da área plantada, que cresceu em média 5% ao ano entre 1993 e 2023, saltando de 11 milhões para 44 milhões de hectares, ultrapassamos os Estados Unidos e assumimos o posto de maior produtor mundial de soja. Enquanto isso, a produção por hectare teve uma taxa média de crescimento anual de apenas 2%, saindo de 2.120kg em 1993 para 3.423kg em 2023.

Já o Imazon, que realiza importantes investigações sobre o impacto da cadeia da carne na Amazônia, revelou que os frigoríficos habilitados a

exportar para os Estados Unidos falham no controle dos seus fornecedores de gado, colocando em risco “cerca de 6,6 milhões de hectares de floresta, área equivalente a cerca de três vezes o estado de Nova Jersey”.

Em tempos de Brasil sediando a COP30, é preciso não se esquecer do fato de que, no ano de 2024, como mostrou o Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), justamente por conta do desmatamento, em especial para a criação de gado, os municípios que mais emitiram gases de efeito estufa no país estão localizados na Amazônia, ranking liderado por Altamira e São Félix do Xingu, no Pará.

Se o tarifaço americano galvanizou diferentes segmentos da nossa sociedade a saírem em defesa do país, a investigação sobre práticas comerciais desleais envolvendo o desmatamento na Amazônia pode aprofundar ainda mais as diferenças entre ambientalistas e setores econômicos sobre o modo como o Brasil implementa suas políticas de desenvolvimento.

Os ambientalistas precisam, é claro, continuar sua luta em defesa da floresta, mas não podem permitir que o governo americano os use como linha auxiliar na guerra comercial contra o Brasil. Os produtores, por sua vez, devem renunciar à tentação de defender o desmatamento em nome do interesse nacional.

Para evitar que isso aconteça, o que seria desastroso, é preciso que o governo faça valer na prática o que o presidente Lula tanto tonitrua em seus discursos: de que o Brasil não precisa mais desmatar para manter o seu lugar de grande produtor mundial de alimentos.

Isso não é amor. É tentativa de feminicídio



» PAULA BELMONTE
Deputada distrital, segunda vice-presidente e procuradora especial da Mulher da Câmara Legislativa

As imagens da mulher brutalmente agredida dentro de um elevador em Natal (RN) chocaram o Brasil. Mas mais alarmante que a violência explícita é o fato de que aquele espancamento não foi um ato isolado. Foi o desfecho de um ciclo que se repete todos os dias, em silêncio, nos lares, nos relacionamentos e nos bastidores da vida cotidiana de muitas mulheres.

Aquela mulher sobreviveu. Mas ficou com o rosto desfigurado, com múltiplas fraturas e terá de conviver com as marcas físicas e emocionais de uma violência covarde, praticada por quem dizia amá-la. Um homem que não teve qualquer receio de cometer tamanha agressão diante das câmeras de um condomínio, certo de que nada lhe aconteceria. Como se a impunidade fosse garantida.

Casos assim não são exceção. São parte de uma rotina perversa que o Brasil insiste em naturalizar. A cada sete horas, uma mulher é vítima de feminicídio no país. E, para cada caso que ganha manchetes, há centenas abafados pela vergonha, pela dependência emocional, pelo medo e pela falta de apoio.

Como procuradora Especial da Mulher da Câmara Legislativa do Distrito Federal, não posso me calar. Indignar-se é necessário, mas não é suficiente. Precisamos agir. Punir com rigor. Proteger com urgência. Prevenir com inteligência. E prevenir significa atuar antes do grito, antes da denúncia, antes do socorro.

É por isso que, entre os dias 11 e 15 de agosto, a Câmara Legislativa realizará a Semana de Combate ao Feminicídio, com foco na prevenção da violência. As atividades serão voltadas a estudantes do ensino médio, meninos e meninas, porque é nessa fase que muitos padrões de comportamento se formam. E é também quando podemos desconstruir ideias equivocadas sobre amor, posse, ciúme e controle. A formação de uma nova cultura começa ainda na primeira infância.

A violência que vimos no vídeo é só a face mais visível de uma lógica que se instala de forma sutil. No controle disfarçado de cuidado, na manipulação emocional, no ciúme apresentado como prova de amor, na tentativa de isolar, calar, dominar. Quando a mulher percebe, já está mergulhada em um relacionamento abusivo, sem forças para sair.

Como parlamentar, tenho defendido leis mais firmes, estruturas mais eficazes, legislações que tenham aplicabilidade e políticas públicas que funcionem de verdade. Como cidadã, mãe e mulher, acredito que educar para o respeito é tão urgente quanto punir o agressor.

O caso de Natal expõe a fragilidade do sistema, que não conseguiu proteger a vítima a tempo, apesar dos sinais. Expõe também o quanto ainda precisamos evoluir como sociedade. Porque, quando uma mulher é espancada por quem dizia amá-la, todos falhamos. E, quando esse crime é tratado como “briga de casal” ou “erro pontual”, a violência se perpetua.

A resposta da Justiça precisa ser exemplar. Um crime gravado, com provas irrefutáveis, não pode ser tratado com relativizações ou saídas negociadas. Precisamos mostrar, com clareza, que esse tipo de conduta não será tolerado.

E também precisamos acolher as mulheres que sobrevivem. Oferecer apoio real, rede de proteção, meios para recomençar. E garantir que elas saibam que não estão sozinhas.

Promover a autonomia financeira das mulheres é outra frente fundamental nessa luta. Em muitos casos, a dependência econômica é o que mantém a mulher no ciclo de violência. Por isso, investir no empreendedorismo feminino é investir em liberdade, pois esse pode ser o ponto de virada para que tantas mulheres reconstruam suas vidas com dignidade e segurança.

A violência contra a mulher é um problema social e estrutural que começa na desigualdade, perpetua-se no silêncio e só termina com transformação. Não basta punir o agressor depois do crime consumado. É preciso criar um ambiente de prevenção, que começa na infância, segue pela escola e chega à política. Precisamos ensinar nossas crianças que amor não machuca, que respeito é a base de qualquer vínculo e que ninguém tem o direito de controlar, calar ou ferir outra pessoa.

Por fim, deixo um alerta: a violência doméstica raramente começa com um soco. Ela começa devagar, com pequenas agressões emocionais que vão ganhando espaço. Se você vir os sinais, não ignore. Se você convive com alguém em situação de risco, estenda a mão. O silêncio pode custar uma vida.

Que esse caso sirva como ponto de inflexão. Como chamado à consciência coletiva. Para que nenhuma mulher precise ser espancada diante de câmeras para que sua dor seja levada a sério.

Maurenilson Freire



Corte de gastos como medida urgente



» ALFREDO COTA NETO
Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

Tem sido difícil encontrar uma palavra no nosso rico idioma para definir a atual situação político-econômica do Brasil. Instabilidade jurídica e desarranjo institucional, talvez, resumam o que está ocorrendo. Diante de tudo isso, a parcela afetada assiste, inerte: população produtiva, empreendedores criativos, trabalhadores que querem fazer o país andar para frente. O principal pano de fundo econômico de todo esse contexto é o problema no orçamento público. Orçamento que não reserva verba para investimento, motor para que as economias evoluam e o país progrida. A ferramenta Gasto Brasil — coordenada pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), em parceria com a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) — aponta que o gasto com pessoal em 2024 foi seis vezes maior do que o montante dedicado aos investimentos.

O número, além de chocar, levanta questionamentos: qual a qualidade desse gasto com despesas obrigatórias? Que retorno ele traz à população e ao setor econômico? Uma análise mais aprofundada da plataforma Gasto Brasil mostra que as despesas

do governo federal são divididas em 28 categorias. Dessas, 11 representam 96% do total das despesas. As duas maiores, previdência e despesas com pessoal e encargos, são 60% do total. Para tentar reverter o quadro, o governo anuncia aumento de impostos. O Congresso freia. O Judiciário é acionado. Enquanto isso, a conta não fecha. Pelo contrário. O fosso aumenta e não vai parar de crescer enquanto medidas estruturais não forem adotadas.

É preciso buscar eficiência no uso do dinheiro público. O Brasil tem alta carga tributária, e achar que a solução é o aumento de impostos chega a ser um erro primário. Não há outro caminho. O Estado não vai aguentar mais por muito tempo. O Brasil está perto de uma situação crítica. Precisa de liberdade econômica para encontrar um caminho de prosperidade. Governantes e gestores têm que encontrar formas de controlar despesas obrigatórias e aumentar a arrecadação — sem sufocar a economia. O Estado brasileiro precisa custar menos para dar espaço aos investimentos.

Além desse problema estrutural, há as questões políticas e internacionais, que refletem diretamente no ambiente econômico. Como exemplo, podemos citar a queda de braço em relação à cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Executivo, Legislativo e Judiciário envolvidos, enquanto os empreendedores paralisam projetos e aguardam o desfecho sem saber como fica a regra final. Na sequência, veio o tarifaço, anunciado pelo governo americano. Outra surpresa negativa que também requer diálogo, sabedoria, consenso e muita diplomacia para que as consequências não piores

ainda mais a capacidade de investimento. Se o Brasil fosse um país com bases econômicas sólidas, esses fatos não previstos gerariam menor incerteza. Mas, como buscar essa solidez? É quando voltamos ao tema central: a necessidade de cortar gastos.

Nosso Estado é pesado, lento e pouco criativo porque carrega um sistema com todas essas proporções: peso, demora e práticas antigas. Nesse caminho, o déficit é inevitável. Com ele, faltará dinheiro para investimentos em áreas básicas, como segurança, transporte, educação e saúde. O controle dos gastos públicos é uma necessidade para garantir não apenas a saúde fiscal do Estado, mas também para promover o desenvolvimento social e econômico.

A ferramenta Gasto Brasil nos proporciona a possibilidade de — até como cidadãos — atuarmos como fiscalizadores. É um estímulo para que toda sociedade verifique com transparência e atue de forma ativa para coibir que o Brasil siga sendo um país que não prioriza os investimentos. Os empreendedores estão prontos para esse debate. Há soluções inovadoras e saídas que podem ser copiadas de outros países, por exemplo. Os setores precisam ser ouvidos. É preciso criar ambientes de discussão, de troca de ideias. Empreender no Brasil não pode continuar sendo um ato de coragem solitária. É o momento de se discutir avanços estruturais, antes que seja tarde. 2026 está aí, com corrida eleitoral. Mas 2025 ainda tem cinco meses pela frente. Que sejam de progresso e avanços.